

A libertação do desejo: Teologia e subjetividade no capitalismo

Edevilson de Godoy¹

Resumo:

Franz Hinkelammert foi um dedicado “operário da vinha do Senhor” por mais de cinquenta anos viveu na América Latina onde se tornou influente teólogo da libertação e crítico da idolatria do mercado. Seu trabalho adentra-se nas veias do capitalismo para descortinar sua “mística”, aquilo que chama “religião do mercado”. O mundo objetivo é sempre banhado por estruturas simbólicas de caráter subjetivo e transcendental; no caso do neoliberalismo é a inversão do Reino de Deus. Nossa contribuição procura realçar a importância e a veracidade do espírito religioso do capitalismo. Mas, sobretudo, evidenciar a necessidade de uma nova subjetividade, ou seja, a conversão do desejo; desagregar a potencialidade imitativa do projeto burguês para os valores centrais da vida. Deslocar-se para o eixo da esperança e da justiça social. O artigo discute o tema da nova subjetividade proposta por Hinkelammert, necessária para a transformação do sujeito como uma libertação do desejo, ou seja, libertar o desejo da alienação do neoliberalismo. Para isso, dialoga com René Girard sobre o conceito de desejo.

Palavras-Chave: libertação do desejo, nova subjetividade, religião, idolatria, capitalismo.

The freedom of desire: Theology and subjectivity in capitalism.

Summary:

Franz Hinkelammert was dedicated “worker of the Lord’s vineyard” for more than fifty years he lived in Latin America where he became an influential theologian of liberation and critic of the idolatry of the market. His work goes into the veins of capitalism to uncover “mystical”, what he calls “religion of the market”. The objective world is always bathed by symbolic structures of subjective and transcendental character; in the case of neoliberalism, it is the

1 Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Mestre e Doutor em Ciências da Religião pela PUC-SP. Professor de Teologia Dogmática no ITESP, Instituto São Paulo de Estudos Superiores. E-mail: pe.edigodoy@uol.com.br

inversion of the Kingdom of God. Our contribution seeks to highlight the importance and veracity of the religious spirit of capitalism. But, above all, to highlight the need for a new subjectivity, that is, the conversion of desire; to disaggregate the imitative potential of the bourgeois project to the central values of life. To move to the axis of hope and social justice. The article discusses the theme of the new subjectivity proposed by Hinkelammert, necessary for the transformation of the subject as a liberation from desire, that is, to free desire from the alienation of neoliberalism. To do so, he dialogues with René Girard about the concept of desire.

Keywords: liberation from desire, new subjectivity, religion, idolatry, capitalism.

Libertad del deseo: Teología y subjetividad en el capitalismo.

Resumen:

Franz Hinkelammert fue dedicado “trabajador en la viña del Señor” durante más de cincuenta años y vivió en América Latina, donde se convirtió en un influyente teólogo de la liberación y crítico de la idolatría del mercado. Su obra profundiza en las venas del capitalismo para descubrir su “mística”, lo que él llama “religión de mercado”. El mundo objetivo está siempre bañado por estructuras simbólicas de carácter subjetivo y trascendental; en el caso del neoliberalismo es la inversión del Reino de Dios.

Nuestra contribución busca resaltar la importancia y veracidad del espíritu religioso del capitalismo. Pero, sobre todo, resaltar la necesidad de una nueva subjetividad, es decir, la conversión del deseo; desagregar el potencial imitativo del proyecto burgués para los valores centrales de la vida. Avanzar hacia el eje de la esperanza y la justicia social. El artículo discute el tema de la nueva subjetividad propuesta por Hinkelammert, necesaria para la transformación del sujeto como liberación del deseo, es decir, para liberar el deseo de la alienación del neoliberalismo. Para ello, dialoga con René Girard sobre el concepto de deseo.

Palabras clave: liberación del deseo, nueva subjetividad, religión, idolatría, capitalismo.

Introdução

O estudo discute a realidade religiosa do capitalismo e a necessidade de uma nova subjetividade, aqui definida como libertação do desejo. O ponto de partida é a “metafísica da mercadoria” como religião moderna. Essa inverte os valores centrais do cristianismo para defender seus interesses e legitimar a violação dos direitos humanos. Depois ocupa-se na discussão sobre o fetichismo como atração e fascínio espiritual capaz de significar a

vida. Todavia, essa “espiritualidade” aliena a ponto das pessoas não perceberem o mecanismo mitológico nela escondido.

Nas últimas cinco décadas o capitalismo gerou o ciclo neoliberal desde o eixo USA-Reino Unido, Reagan-Thatcher. O mesmo fracassou publicamente na crise internacional de 2008. Não obstante, em suas ruínas está emergindo nova narrativa capitalista de extrema direita, neofascista e neonazista. Ambos os ciclos, o neoliberal e a extrema direita, defendem economias necrófilas, protetoras dos ricos e destruidoras dos direitos sociais. Além disso, são igualmente religiosas, pois usam da Sagrada Escritura e da moral cristã tradicional para justificar suas pautas.

Por fim, desde Hinkelammert, pensa o desejo como estrutura antropológica fundamental. Toda realidade sociológica e cultural, também a político-econômica, é banhada pela subjetividade que nasce do desejo. Assim sendo, para transformar a sociedade é necessário libertar o desejo. Talvez, a novidade do texto seja a tentativa de um diálogo entre Hinkelammert e Girard acerca do conceito de desejo. Posto que nele encontram-se as raízes da subjetividade e da religião que no capitalismo é o “sagrado violento”, ou seja, necessita de vítimas sacrificiais. Contudo, podemos desenvolver uma experiência religiosa desde o Evangelho que nos ajude a desejar o que Jesus desejou.

Metafísica da mercadoria

A mercadoria é a instituição sagrada do capitalismo que sob o princípio do funcionamento perfeito tem bases religiosas. A crítica do mercado como divindade terrestre aparece em sintonia com a “metafísica do empresário” (Hinkelammert, 1982, p. 227-265).

Hinkelammert elabora a crítica à religião neoliberal cimentada no deslocamento para o livre mercado como fundamento que nega outros direitos, expõe as bases ideológicas, fetichistas e dominadoras do capitalismo. O fundamento religioso da modernidade é o cristianismo econômico que contrapõe a essência da tradição judaico-cristã. Absolutamente, não parte do Deus da vida que se revelou na história, mas trata-se de um Deus que exige o sacrifício dos pobres e vulneráveis. O neoliberalismo sacraliza o projeto burguês regido pelo mercado.

A Bíblia hebraica representa uma revolução antropológica, social e religiosa em relação às outras culturas justamente pelo fato de avistar a revelação do Deus comprometido com o direito, a liberdade e a justiça. O Antigo Testamento aponta para o Deus transcendente e misericordioso que assume a causa da vítima. Todavia, a dimensão mitológica, idolátrica e violenta permanece. Os diversos textos de violência, defensores da divindade guerreira estão presentes, sem falar da tese da retribuição, verdadeira idolatria capaz de esconder com coberturas religiosas as perversidades econômicas, políticas e sociais (Godoy, 2021, p.17).

Os profetas de Israel denunciam as injustiças e exigem fidelidade à aliança. Miquéias desconstrói a visão sacrificial: “Quero misericórdia e não sacrifício” (Bíblia de Jerusalém, 2003, Mt 9, 13, p. 1719). Amós critica uma sociedade corrompida pela desonestidade que não distribui justiça para todos, em um período de prosperidade econômica e poderio político, de desigualdade social e de injustiça generalizada em que os pobres são excluídos. O profeta acreditava que todas as pessoas independentemente da sua posição social ou econômica, deveriam ser tratadas com dignidade (Bíblia de Jerusalém, 2003, Am 4,1-3, p. 1617). A grande novidade do judaísmo bíblico é a descoberta do Deus Goel como defensor do órfão, da viúva, do estrangeiro e do pobre (Gutiérrez, 1992, p.47).

O reino de Deus ensinado por Jesus tem uma dimensão política e social inegável. Exige inclusão dos oprimidos: comida aos pobres, justiça, partilha, perdão e misericórdia, concomitantemente, desconstrói a religião sacrificial sempre sedenta por vítimas; enfrenta os absurdos da lei e a teologia do templo para defender a dignidade. “Eu vim para que todos tenham vida em abundância” (Bíblia de Jerusalém, 2003, Jo 10,10, p. 1896). Deseja mais vida no agora da história, restituí-la onde foi pisada ou dominada. Desmascara o mito da retribuição segundo o qual os ímpios são punidos com sofrimento e pobreza, enquanto, os justos são abençoados com prosperidade. Jesus não quis fundar uma religião; foi esta que o matou; sua causa foi o movimento revolucionário do reino que colocava a vida no centro.

José Maria Castillo diz que religião e cristianismo são opostos. A primeira baseia-se na busca do bem-estar, do poder e

da prosperidade autocentrada e vertical; sacraliza a supremacia do eu porque defende interesses egocêntricos ou de grupos definidos. Por exemplo, o imaginário religioso da elite não se identifica com os vulneráveis, as necessidades e preces são diferentes. O segundo está enraizado no outro: amor, perdão, solidariedade. Para o teólogo espanhol, o problema é que o cristianismo se tornou religião com a conversão do Império Romano, isto é, o projeto do reino foi institucionalizado nos moldes da religião e passou a ser usado para causas escusas (Castillo, 2015, p. 156).

O capitalista é devoto, tem espiritualidade viva, a “metafísica do mercado”.

[...] metafísica da mercadoria, do dinheiro, do mercado e do capital. Desde o início do mundo burguês que o pensamento burguês teve uma percepção desses fenômenos e até hoje nunca a perdeu. Ela está presente em toda a ética e moral do empresário capitalista e representa o cerne da legitimidade do poder do capital (Hinkelammert, 1982, p. 227).

Quem se levanta contra a sociedade burguesa está se levantando contra Deus. Resistir ao mercado é uma espécie de pecado, falta de humildade; torna-se inimigo da sociedade burguesa, ou seja, um rebelde que não aceita sua sacralidade natural. Eis a base sacrificial da sociedade burguesa, extremamente violenta e autoritária.

A “metafísica do mercado” legitima qualquer atrocidade. Locke já recomendava para os adversários do capitalismo a tortura, a escravidão e a morte (Hinkelammert, 1982, p. 230). A essência deste modelo social, econômico e político é a violação dos direitos humanos, seu fundamento é a mercadoria e o lucro, não as pessoas. Essa religiosidade é um ente com personalidade própria que existe independente das pessoas; mais importante que o próprio empresário que a produz, na verdade, ele é o primeiro devoto completamente dominado pelo desejo de lucro.

A sacralidade da mercadoria se transforma em mecanismo destruidor da vida dos pobres e na manutenção do “status quo”. As consequências dessa idolatria é a maior responsável pela crise ecológica que assola o planeta. Para satisfazer as necessidades do

lucro e do consumo vale destruir a natureza e ameaçar a qualidade de vida no futuro (Hinkelammert, 1988, p.269-70).

Fetichismo

A mercadoria tem um incrível poder de atração, sua potencialidade fetichista está sempre em devir, capaz de reiteradamente fascinar as pessoas. Esse encanto inverte a religião e o próprio cristianismo de maneira mitológica através da narrativa; atua como força espiritual legitimadora do sistema. A complexidade aumenta porque esse fetichismo está dentro do ser humano dominado e manipulado. Os ideais sacralizados do capitalismo alienam as pessoas a ponto de não enxergarem o mecanismo escondido na cultura moderna. Para Platão o problema está dentro da caverna e na necessidade de sair, enquanto Marx ressalta a caverna como realidade antropológica. O ser oprimido precisa tomar consciência do processo histórico para libertar-se. Também vale lembrar a dialética do “senhor e do escravo” explicada por Hegel em que consciência de si tem necessidade de ser reconhecida por outra.

Na dialética hegeliana apenas uma reconhece (escravo), a outra é só reconhecida (senhor). O escravo submete-se às ordens do senhor, essa obediência faz com que assuma progressivamente a posição do senhor, busca inverter a relação. O senhor, por sua vez, consciente dos ricos acerca da desobediência do servo acaba assumindo a posição de escravo. Desta forma, desenvolve-se uma mútua relação entre ambos, o escravo reconhece a dependência do senhor para manter-se vivo, o último sabe depender do primeiro para manter sua produção e sua condição dominadora. A consciência de si possui o desejo de ser reconhecida pelo outro, assim sendo, o aniquila. O escravo é ser para o outro, sendo comparado a coisa, uma ponte entre o objeto e o desejo do dono; ao realizar a vontade do senhor é pura potência negativa, em seu agir não há essência, mas consciência reprimida.

A libertação não é pensada somente em torno da construção de uma nova sociedade, mas, principalmente, na reelaboração do conceito de sujeito. No livro “Crítica da razão utópica” (1984) dedica um capítulo ao tema. Neste, aponta a tensão entre a utopia necessária para o bem viver e as instituições e projetos políticos

econômicos que negam a mesma. Nessa relação aparece algo semelhante à dialética do “senhor e do escravo”. Porém, a pessoa transcende as construções empíricas, embora não exista sem elas (Hinkelammert, 1988, pp. 231-254). Em “O grito do sujeito” (1998) elabora sua crítica ao capitalismo a partir da pessoa. A vida é um processo de tornar-se sujeito, assim sendo, este não é um *à priori*, mas *posteriori*. Trata-se de uma potencialidade que se revela no grito diante da ausência, enfrentando o sistema e autocomunicando sua transcendência, essa é a condição para conhecer a realidade, superar seus limites e, ao mesmo tempo, romper as amarras do ser escravo, consciência dominada que existe para servir ao senhor (Hinkelammert, 1988, p. 232).

Gerd Bornheim no documentário “O drama burguês” explica que o projeto cultural, político e econômico burguês venceu a batalha. Pela primeira vez na história pode-se falar de uma única classe social: a burguesia. Como fica a colossal desigualdade social e as outras mazelas do capitalismo? Não obstante as contradições sistêmicas, o trabalhador e os vulneráveis levantam a bandeira burguesa. O jovem da favela com chances reduzidas no mercado por conta das oportunidades alimenta sua existência a partir do sonho burguês. Dificilmente faz o caminho da consciência histórica, mas seu imaginário é burguês, professa a religião da mercadoria. Nas poucas vezes que ascende à classe média age de forma autoritária e classicista em relação à sua origem. A ética burguesa autocentrada no poder, no consumo e no lucro. Nesse sentido, liga-se ao princípio maquiavélico segundo o qual “os fins justificam os meios”. Para atingir o ideal burguês vale qualquer método, inclusive, explorar, dominar, alienar e até matar de maneira simulada.

Constata-se pela necessidade de recuperar a humanidade do desumanizado pelo fetiche da mercadoria, libertar-se da gaiola do capitalismo, redescobrir a centralidade da vida e da comunidade.

Neoliberalismo

A união Regan e Thatcher representou uma nova fase do capitalismo chamado neoliberal. O projeto se espalhou pelo ocidente e depois para outras partes do mundo, baseia-se no liberalismo, conservadorismo, produção e lucro. Na linha da seguridade nacional

e da defesa do estado social defende o livre mercado, a globalização e desconsidera os direitos humanos. Não colocou a vida e o bem comum na pauta. Isso significou um passo decisivo na sacralização do mercado mediante o fetichismo da mercadoria em detrimento de qualquer política de inclusão (Brown, 2019, p. 21).

Importante pai ideológico desta visão USA-Reino Unido foi Friedrich Hayek (2007) ao mostrar a interferência no mercado para gerar empregos ou bem-estar social como causa das grandes crises econômicas. Precisa deixá-lo fluir livremente, sem obstáculos ou preocupação social. Ele pressupõe que se deve confiar no mercado e esperar que por si resolva os problemas econômicos e sociais (Sung, 2018 p. 69). A pretensão de intervenção no mesmo é a origem de todos os males econômicos. O capitalismo funcionando livremente será capaz de satisfazer os desejos humanos em parcelas sempre crescentes.

Hayek considera a justiça social um pensamento ingênuo, espécie de amarra para o livre desenvolvimento. “É sinal da imaturidade de nossas mentes que ainda não tenhamos superado esses conceitos primitivos [...] que propicia uma maior satisfação dos direitos humanos” (Hayek, 2013, p. 227). Professa fé absoluta no mercado como salvador do mundo. Porém, o mesmo satisfaz apenas os desejos de quem pode consumir. A questão são os excluídos, incapazes de realizar os desejos. O teórico neoliberal insiste na superação dos ideais éticos e espirituais defendidos pelas grandes tradições religiosas. Noutras palavras, as utopias de um mundo mais humano e inclusivo não têm mais sentido; transfere para o mercado a responsabilidade de produzir o melhor para a humanidade.

A narrativa neoliberal inverte completamente os valores centrais da tradição judaico-cristã. A espiritualidade capitalista é indiferente ao grito do sujeito oprimido e ironiza as utopias cristãs ensinadas pelo Evangelho. Por conseguinte, considera-se como criador e salvador da vida; não existe nada antes ou além do mesmo.

O evangelho da “justiça social” é muito mais sórdido: a aversão aos que estão em condições melhores, ou simplesmente a inveja, essa a mais antissocial e nociva de todas as paixões, essa animosidade para com a grande fortuna, que considera escândalo que alguns

desfrutem da riqueza enquanto outros têm necessidades básicas insatisfeitas e esconde sob o nome de justiça o que nada tem a ver com ela (Hayek, 2013, p. 259).

Para o neoliberalismo o lucro é o valor absoluto, enquanto, para o Evangelho é a vida. Nota-se certa semelhança entre Hayek e Nietzsche na crítica ao cristianismo. O filósofo alemão, descreve as utopias cristãs de fraternidade, solidariedade e justiça como veneno, moral de escravos; em contrapartida, os aristocratas são homens alegres; liberais com espírito supremo, o primeiro seria criador de pessoas culpadas e submissas, o segundo, homens superiores.

O economista, critica a noção de justiça social e de direitos sociais universais porque não admite nenhum tipo de igualdade ou direito anterior ao mercado. “Penso que Nietzsche compreendeu bem o cristianismo primitivo, especialmente o de Paulo e de Jesus de Nazaré, acusa corretamente o cristianismo de ter difundido o “veneno” da doutrina dos direitos iguais” (Sung, 2018, p.123). A justiça social é a injustiça para os capitalistas responsáveis pelo progresso social. Essa narrativa causa completa confusão ética.

Capitalismo e religião

Walter Benjamin escreveu em 1921 sobre o capitalismo como religião. “[...] ele já tinha percebido que o capitalismo funciona como uma religião, e uma religião culpabilizante, que culpabiliza sem oferecer nenhuma forma de perdão, reconciliação ou redenção” (Sung, 2018, p. 133). O sistema é uma religião criadora de mitos e bodes expiatórios que gera vítimas sem chances de perdão. Aqueles que não participam do mercado consumidor são culpados pelo próprio fracasso. Além disso, os anticapitalistas que não partilham da mesma fé no mercado também são bodes expiatórios fracassados incapazes de usufruir os prazeres do consumo. A questão central é a demonstração da estrutura religiosa do capitalismo. “Benjamin destaca elementos desta estrutura religiosa do capitalismo: uma religião puramente cultual, cuja duração é permanente [...] é uma religião sem dogma ou teologia que surge como parasita do cristianismo” (Coelho, 2021, p. 17). Notória proximidade entre a hermenêutica de Benjamin com a crítica radical do capitalismo como

religião idolátrica feita pela Teologia da Libertação.

O capitalismo é composto pela binaridade complexa e articulada. Por um lado, produz riqueza, desigualdade, exclusão e morte; por outro, causa fascínio e atração. Sua dimensão religiosa é uma força oculta capaz de manter a coesão de um sistema tão violento e contraditório. “É fascinante, pois oferece a possibilidade de se superar, de ir além de sua condição. O desejo de “ser mais”, presente no ser humano, é a busca da realização humana e da plenitude da felicidade, agora mediadas pelo consumo” (Coelho, 2021, p. 40). Essa narrativa mítica cria ídolos, falsos deuses. A maneira como a pessoa interpreta a totalidade da vida, traz consigo uma visão transcendental. A idolatria do mercado é uma economia que mata e inverte a relação entre economia e vida humana. “Essa inversão entre sujeito e objeto, entre o fim e o meio, tem o nome de fetichismo” (Sung, 2018, p. 155). Quando o dinheiro se torna o fim absoluto, exige sacrifícios de vidas humanas, através da exclusão e morte dos vulneráveis; isso de forma dissimulada e com espírito religioso.

A mercantilização da fé impulsiona o cristianismo para a prosperidade como recompensa. A tese da predestinação estudada por Weber na “Ética Protestante” desde os calvinistas elucida essa interpretação. A explanação segundo a qual a riqueza é sinal de bênção e predestinação ao céu, enquanto, a pobreza é castigo e ausência da salvação, foi fundamental para o desenvolvimento desta espiritualidade capitalista. Afinal, incentiva os ricos a se tornarem sempre mais ricos e professar a magia no capital e os pobres a trabalharem sempre mais nas empresas para sair da situação de exclusão e com isso ter algum sinal de salvação. Não obstante, suas possibilidades de ascensão social sejam mínimas, o sistema permite sonhar e isso faz parte da lógica espiritual. Tomam como modelo a elite, imaginam dividir o mesmo espaço de consumo. Contudo, isso é praticamente impossível, primeiro porque as forças produtivas não possibilitam esse acesso, segundo porque a própria elite não tolera que suas mercadorias sejam compartilhadas com as classes populares. Existe uma dimensão metafísica no consumo, por exemplo, se todos comprassem uma Ferrari, perderia a magia porque tê-la, significa exclusividade, realização, poder, status e isso

deve ser para poucos. Mas, o sistema permite abertamente que todos desejem consumir e isso faz parte da religião do capitalismo.

A religião capitalista é sacrificial porque sempre cria culpados e vítimas. Trata-se de um sacrifício necessário para o equilíbrio do mercado. Para atender os interesses da comunidade burguesa se sacrifica empregos, políticas sociais e a ecologia. Essa violência é considerada legítima pelas instituições e os pobres sempre carregam nas costas esse castigo. A teologia do mérito ajuda nessa configuração, os ricos são merecedores do bem-estar e os vulneráveis são os responsáveis pelo próprio fracasso. O filósofo Michael Sandel explica a dimensão mitológica e violenta. Não existe mérito quando as chances são desiguais. Os ídolos do capitalismo são sedentos por violência e conseguem explicá-la com enorme naturalidade usando, inclusive, da Sagrada Escritura e da estrutura linguística do cristianismo dogmático para naturalizá-la; por exemplo, a tese da retribuição ou ideia de paraíso (Sandel, 2020, p. 52).

Fundamentos antropológicos da religião idolátrica

Utilizo-me da teoria mimética para analisar as bases antropológicas da religião idolátrica. Segundo a teoria, a religião surgiu como processo natural para resolver conflitos decorrentes do desejo. A rivalidade é naturalmente contagiosa, envolve sempre mais pessoas da comunidade a ponto de atingir uma cegueira coletiva, espécie de *"snowball"* quando todo o grupo é dominado pelos conflitos. Nessa fase aparece Satanás, não um ser, mas um comportamento antropológico que com sua mentira une os desunidos insatisfeitos no eixo da violência. Depois elege arbitrariamente o bode expiatório, considerado por todos como culpado por tudo de errado que esteja acontecendo. A vítima torna-se inimigo comum dos descontentes, unindo-os no ódio contra o único alvo. O passo seguinte é o sacrifício do bode expiatório; por sua vez restaura a paz e ordem no grupo, desta forma, o maldito torna-se bendito. Assim nasce o sagrado violento e a religião no processo evolutivo (Girard, 1990, p. 11).

A religião é fonte organizadora da sociedade. Embora o processo sacrificial seja perverso, foi o jeito natural para resolver os perrengues da política, da economia e da vida no geral. Foi

ela que nos salvou da violência, ou ainda, um remédio paliativo contra o “pecado original” da condição humana: disputas, ódio, intolerância e desejo de matar. A sociabilidade sempre será banhada por conflitos e como o “contrato social” das políticas democráticas não tem conseguido resolvê-los, torna-se sempre mais imprescindível a religião; desmentindo a tese do desencantamento de Weber tem lugar privilegiado na complexa teia relacional da existência. O sagrado primitivo é transcendência criada no labirinto dos desejos enlouquecidos pela sede dominadora e autoritária.

A paixão de Cristo descortinou esse antigo mecanismo antropológico. Todavia, permanece ativo porque se trata de um aspecto do humano; representa o joio do mundo, pode ser combatido, renunciado, mas apenas no plano escatológico plenamente destruído. A capacidade de criar mitos e narrativas dissimuladas para defender interesses e criar culpados inocentes não acaba, repito é o pecado original. Embora não sejamos vítimas desse mecanismo, pois podemos tomar consciência, combatê-lo e denunciá-lo a partir da paixão e ressurreição; não estamos livres dele. Renasce sempre de novo em meio às plantações utópicas da história (Girard, 2004, p. 95).

O sagrado não é o santo, ou seja, religião é via dupla que funciona de acordo com o interesse do grupo. Em muitos momentos obedeceu caprichosamente a pedagogia maquiavélica: “os fins justificam os meios”. Coloca-nos numa encruzilhada, por um lado, conduz a valores altruísticos e libertadores, afinal ofereceu à história pessoas como Francisco de Assis dentre tantos; por outro, legitimou genocídios, guerras, matanças dissimuladas e lentas no plano ideológico, político e econômico.

O sagrado idolátrico nasce da mentira coletiva. Ídolos são a revelação do sagrado violento, puro mecanismo sacrificial. Ele mata, deseja punição e sacrifício sempre. Isso é coisa de homens e não de Deus. Quem precisa de religião e sacrifícios são as pessoas e nunca Deus. O santo é o místico contemplativo que desenvolve o eixo da vida e a garantia de direitos fundamentais. O Deus da Bíblia é santo; Jesus é a encarnação do Deus Abbá, por isso, o reino é uma “religião” que liberta a religião.

Toda realidade histórica acaba criando religião porque essa é

uma dimensão natural. Ou seja, toda realidade objetiva necessita de uma subjetiva adjacente que lhe sustente a nível utópico e transcendental. O estudo de Hinkelammert sobre a religião do mercado é absolutamente plausível do ponto de vista antropológico. O fetiche da mercadoria é um desfecho da capacidade humana de criar religião para defender interesses, dominar e culpar pobres, imigrantes, mulçumanos e outros. Um jeito de sacrificá-los de maneira institucional, legitimada por uma linguagem transcendente.

Entretanto, há outro polo. Existe a experiência religiosa desde o Deus da vida que não é ídolo e não deseja a morte do outro, isto é, não exige sacrifícios. Ao contrário, defende o órfão, o estrangeiro, a viúva e o faminto; defende o direito, a justiça e a liberdade. Não podemos desistir de libertar a religião, o desejo e criar consciência sobre o processo oculto das narrativas. Descortinar o mito, resistir à idolatria e mostrar o Deus Abbá de Jesus como defensor do amor e da misericórdia, sempre contra qualquer sacrifício.

Nova subjetividade

A revolução não é apenas do modelo econômico, mas também da subjetividade humana. A conversão está no deslocamento da burguesa moderna completamente capitalista e excludente para uma comunitária centrada na racionalidade da vida. A economia política neoliberal reduz a racionalidade ao lucro, desta forma, torna-se irracional e desumano. “Sujeitos humanos são aqueles que resistem, interpelam e atuam contra um sistema que tende à eliminação de quem não chega a se transformar em sujeitos mercantis. É a reivindicação da subjetividade de todos, pelo simples fato de serem seres humanos” (Hinkelammert e Mora, 2016, p. 368).

Hinkelammert através do conceito “sujeito” pensa a construção de uma nova subjetividade que não seja esmagada pelo neoliberalismo. A revelação do sujeito dá-se no processo histórico, não é um *a priori*, mas um *a posteriori*; a potencialidade humana que se revela na resistência ao sistema. Numa linguagem bíblica seria o nascer de novo, um apocalipse no sentido de libertação e restauração ontológica. Jesus é conhecedor de gente, interessante suas parábolas sobre a cura de cegos, há uma dimensão de ajudar a pessoa a enxergar, compreender, libertar-se. Marcos mostra a

pedagogia da cura como processo: “Vês alguma coisa? Vejo homens como árvores que andam” (Bíblia de Jerusalém, 2003, Mc 8,22-26, p.1771). Na história do Filho Pródigo chama atenção o “cair em si” em que o jovem compreendeu o processo, teve seu insight, viveu um apocalipse no sentido de terminar uma fase e começar outra. A nova subjetividade segue esse caminho da conscientização.

Hinkelammert relaciona o grito do sujeito com o de Cristo crucificado. Deus continua crucificado nas milhões de vidas crucificadas pelo sistema. Sua cristologia aproxima-se daquela de Jon Sobrino, precisamos tirá-los da cruz. O pobre excluído é o lugar teológico em que Deus continua se revelando. Devemos descer da cruz os crucificados da história, transformar o mal e a injustiça; dando condições básicas para uma existência digna (Sobrino, 2007, p. 122). Associa o grito do crucificado às vítimas como denúncia e profecia à reconstrução subjetiva.

Restaurar a consciência coletiva sustentada em valores centrados na vida e no bem comum. Elaborar uma visão capaz de enxergar a saída para o labirinto do neoliberalismo. Diante da idolatrização do mercado e do sacrifício dos pobres surge a responsabilidade ética pelos crucificados da história. O capitalismo torna o progresso inimigo da vida humana, ao mesmo tempo, faz crer na possibilidade de uma vida perfeita e cria uma ilusão transcendental (Hinkelammert, 1988). Toda realidade precisa de transcendência para encontrar a superação do impossível. A religião do capitalismo é decisiva para manter a alienação dos excluídos e a força produtiva e exploratória da elite; em suma, manter o fetiche da mercadoria acreditando nela como o melhor para a vida. Assim, justifica com grande eficácia a racionalidade instrumental.

Precisamos de uma nova subjetividade centrada no bem comum em que o critério fundamental seja a satisfação das necessidades básicas: alimentação, vestuário, saúde, educação, habitação. Isso significa o reconhecimento do outro, é o “não matarás” da Bíblia. Não se pode pensar em utopias ingênuas e sim no que é possível fazer. O ponto de partida é desconstruir o mito do paraíso capitalista, depois os direitos básicos da vida humana; libertar as vítimas das situações desumanas e garantir o básico da existência.

Na obra “O grito do sujeito” (1998) Hinkelammert trata sobre a reconstrução da subjetividade esmagada pelo neoliberalismo. Aponta o caminho de libertação do mito do progresso e da religião do capital. Tornar-se humano, encontrar as fontes do ser, significa libertar-se do fetiche alienador do sistema. Vejo uma possível conexão com Heidegger em “O ser e o tempo” (1927) em que elabora a subjetividade do cuidado; neste caso, existir plenamente está diretamente vinculado ao cuidar; cuido logo existo, ou seja, existimos à medida que cuidamos. Hinkelammert, por sua vez, pensa o ser humano na resistência ao projeto desumanizador do capitalismo neoliberal. Para ele, existir no sentido profundo é libertar-se do fetichismo da mercadoria, ou da religião do capital. Colocar a vida e o bem comum no centro, ter capacidade de olhar para o outro e superar a “inimizade social”.

A pessoa histórica como sujeito vivente e em comunidade com suas necessidades indispensáveis é o critério maior de qualquer economia. Permitam-me mais uma incursão, como para Sartre a existência precede a essência, para Hinkelammert as necessidades da vida real determinam o fundamental. Aceitar ser tratado como objeto, oprimido e esmagado nega a própria condição de sujeito; o homem da liberdade renunciou a liberdade, o mercado dominador transforma tudo em objeto e se apresenta como redentor (Hinkelammert e Mora, 2016, p. 266). Dizer eu existo é reconhecer que o outro está em mim e eu no outro, significa lutar pelos direitos humanos. Sujeitos reais existem em comunidade, relações e instituições que favoreçam a intersubjetividade e a produção material da vida com necessidades básicas. A colossal desigualdade social impõe o não ser para milhões de seres humanos no planeta. As pessoas nascem necessitadas e inseridas na alteridade. O ponto decisivo da subjetividade é a satisfação das necessidades fundamentais da existência. A crítica da religião é a crítica do fetichismo: dinheiro, mercado, capital. Os deuses terrestres são falsos. “O ser humano é o ser supremo para o ser humano, sem esse critério, toda a crítica do fetichismo não tem o mínimo sentido” (Hinkelammert, 2012, p.148).

A subjetividade é sempre presente, nenhuma realidade material econômica independe da interioridade humana com sua carga de

sentimentos, emoções e símbolos; o mundo objetivo é subjetivo. O capitalismo e os capitalistas fabricam uma imagem de Deus segundo a própria imagem, trata-se daquela que burguês tem de si mesmo e do mundo. “Deus é um burguês em sua perfeição, e o burguês um Deus imperfeito. Sua imagem de Deus é uma superação metafísica de sua imagem de si mesmo” (Hinkelammert, 2012, p. 157). A glória de Deus é que a vida, o bem viver seja valor supremo e não o lucro que mata.

Conversão do desejo

O desejo é essencialmente mimético, a natureza humana é fundamentalmente imitativa. As estruturas internas da pessoa não funcionam de forma independente ou autotélica, mas sempre mediadas pela alteridade. René Girard (1925-2015) Imortal da Academia Francesa, ofereceu relevantes contribuições à antropologia e aos estudos da religião. O caráter transdisciplinar da sua teoria mimética abriu brechas para diversas hermenêuticas nas ciências humanas. Dentre essas, destaca-se o aspecto metafísico do desejo, ou seja, ele supera o objeto para deitar raiz rumo à subjetividade dominadora. O alfa dos conflitos sociais, das desigualdades e de todos os movimentos políticos e econômicos é o desejo (Girard, 2009, p. 15).

A contribuição girardiana pousa na dimensão relacional do desejo. O universo simbólico do indivíduo, ou seja, os sonhos e ambições são partes da intersubjetividade. A ideia romântica segundo a qual a pessoa fixa seu desejo em alvo linear autônomo é falsa. O interesse em comprar um carro famoso ou tornar-se reconhecido socialmente depende da mediação de modelos. Por conseguinte, o desejo é direcionado; desejar faz parte da natureza, porém, isso é sugerido pela época histórica ou como explicou Girard pela “mediação interna ou externa” (Girard, 2011, p. 223). Por exemplo, na Roma Antiga ou no feudalismo o caminho do desejo obedecia a outras pedagogias ou ideologias. Na burguesia capitalista neoliberal esse caminho está absolutamente vinculado à mercadoria e à sua magia.

O desejo supera o objeto porque representa prestígio e realização. O capitalista burguês adora ser admirado, respeitado

até idolatrado como superior e predestinado. Necessita da aprovação social que o venera como vencedor. Todavia, exige exclusividade, à medida que, seus objetos sagrados são adquiridos por maior número de pessoas perde o caráter metafísico. A elite se incomoda com o fato de dividir os espaços historicamente a ela reservados: aeroportos, shopping, universidade, cultura e consumo. Desta forma, necessita de aplausos, gosta de ser desejada, mas impede a mobilidade e luta com violência pela manutenção do “*status quo*”. No processo evolutivo o desejo impulsiona o desenvolvimento em todas as esferas. Não obstante, representa um sério risco para a diminuição das diferenças; o insuportável perigo de mais igualdade, fato intolerável àqueles que estão no topo da pirâmide. Diante disso o recado é claro: admire-me, deseje a vida que tenho. Mas, não ameace meu lugar, quero exclusividade.

O desejo é fonte inesgotável de luzes e sombras. Está nas origens das aspirações mais nobres e miseráveis da condição humana. Trata-se de uma realidade dialética, possui um eixo autoritário, dominador e alienante; outro libertador, inclusivo e profético defensor das grandes utopias. Aquilo que nós cristãos chamamos a presença do Espírito na história, fator discutido com Girard pelos teólogos da libertação com insistência particular de Leonardo Boff e Hinkelammert (Assmann, 1991, p.40).

A religião sempre acompanha o desejo quase como um desdobramento do mesmo. Coloca-nos em uma encruzilhada: usá-la para legitimar as suas crises criando mitos e culpados e, assim, construir o sagrado violento; ou servir-se dela para cultivar a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Exemplo disso é a Sagrada Escritura, a tradição do Goel no Antigo Testamento e o reino de Jesus no Novo Testamento. Portanto, o desejo pode ser educado, humanizado e libertado. Não há dúvidas, toda objetividade racional, ou seja, construção política econômica está banhada por uma subjetividade desejante que naturalmente evoluiu-se para uma transcendentalidade religiosa.

Inicialmente parece não haver conexão entre o antropólogo francês e o economista alemão radicado na América Latina. Mas, não é assim, Hinkelammert conheceu a antropologia de Girard e esse foi interpelado por sua teologia da libertação. Estiveram

juntos na Unimep, Piracicaba em 1990, no famoso encontro de Girard com teólogos da libertação. Neste Hinkelammert teve participação destacada e verificou a possibilidade desta teoria servir de instrumento *laboris* na crítica à idolatria do mercado e na construção de uma nova subjetividade. Apontou a necessidade da libertação da subjetividade alienada que significa exatamente a libertação do desejo; ajudar as classes populares a tomar consciência do mecanismo oculto e educá-las. Não desistir de ensiná-la a desejar o bem comum, os direitos humanos, cuidar da ecologia e deslocar o eixo do prazer da dominação excludente para o inclusivo em que se prioriza a vida.

Trata-se da conversão de um imaginário burguês capitalista fundado no fetiche da mercadoria, no lucro e na exploração do pobre para uma subjetividade centrada na vida.

O bem viver para todos, ao qual todas as instituições são obrigadas a subordinar-se. É a festa da Boa-Nova. O núcleo das concepções, porém, continua vigente: a libertação dos oprimidos continua a ser condição básica sem a qual não é possível nenhum Bem Viver (Hinkelammert, 2012, p.185).

Em última análise, refere-se à conversão do desejo, a nova subjetividade significa sua expressão profunda. Esse, no neoliberalismo é poder, lucro, dominação, regido pela religião idolátrica e sacrificial. A transformação social é em primeiro lugar a conversão do desejo para o eixo do bem comum, da comunidade, do respeito aos direitos humanos e da amizade social.

Essa conversão não virá da elite burguesa, a mínima criticidade faz-nos perceber que para ela o mundo sempre foi assim, isso é normal, vontade do Deus do capital. A conversão tem que vir da periferia, do movimento social, da arte e da música. As classes populares precisam tomar consciência do mito escondido no neoliberalismo. Mas, principalmente, deslocar o polo imitativo do poder autocentrado para a vida partilhada, isto é, deixar de imitar o mercado, para imitar os valores da vida ensinados por Jesus.

No cristianismo trata-se de voltar ao modelo Jesus de Nazaré e seu reino. Weber na sua tese do “desencantamento do mundo” anunciou a modernidade capitalista burguesa como filha do

cristianismo; porém, ocorre um parricídio, a superação do pai fundador. Na contramão de Weber, a conversão do desejo ou a nova subjetividade proposta por Hinkelammert é a conversão do ser, ou seja, a volta ao Evangelho e a imitação dos valores do Reino de Deus. A conversão é o deslocamento para o eixo da justiça e do amor ao próximo, à comunidade e ao bem comum.

Considerações Finais

No assassinato fratricida de Abel Deus indaga Caim: “Onde está o teu irmão?” O neoliberalismo fetichista perdeu completamente a consciência do irmão, inverteu os valores sagrados do Deus bíblico, passou a considerar os defensores da vida como malvados irresponsáveis. Na atualidade, o Papa Francisco no cenário internacional representa um inimigo do capitalismo, repudiado pela extrema direita. No Brasil, Júlio Lancellotti é alvo da violência sistêmica por cuidar do povo da rua. Qualquer pessoa comprometida com o reino e anticapitalista é demonizada.

Esse artigo propôs discutir a importância da construção de uma nova subjetividade capaz de deslocar a mística do fetiche burguês para o respeito à vida e aos direitos fundamentais. Na nossa compreensão isso é exatamente a conversão do desejo. Acreditar na possibilidade de ajudar as pessoas a construir outro imaginário em que a felicidade não esteja apenas no ter, explorar e lucrar. Mas consigam desejar uma sociedade em que todos vivam bem, com comida, moradia, escola, saúde, lazer, educação e segurança social. Desejar e respeitar a pluralidade cultural, étnica, religiosa e de gênero.

Sem mais, a Teologia da Libertação, os movimentos sociais e os cristãos agradecem a Franz Hinkelammert pela enorme contribuição. Gratos por nos ajudar a descortinar os porões do capitalismo neoliberal com suas mazelas e ídolos.

Bibliografia

- ASSMANN, Hugo (Ed.). *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes, Piracicaba: Unimep, 1991.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

- CASTILLO, José Maria. *Jesus: a humanização de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2105.
- COELHO, Allan da Silva. *Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os Teólogos da Libertação*. São Paulo: Editora Recriar, 2021.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1990.
- GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GIRARD, René. *Mentira romântica e verdade romanesca*. São Paulo: É Realizações, 2009.
- GIRARD, René. *Evolução e conversão*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- GODOY, Edevilson. *O Deus das vítimas: revelação e antropologia*. Aparecida: Santuário, 2021.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAYEK, Friedrich. *The Road to serfdom*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2007.
- HAYEK, Friedrich. *Law, legislation and liberty*. London-New York: Routledge, 2013.
- HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.
- HINKELAMMERT, Franz. *Mercado versus direitos humanos*. São Paulo: Paulus, 2014.
- HINKELAMMERT, Franz. *Crítica da razão utópica*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- HINKELAMMERT, Franz. *A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus libertador*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- HINKELAMMERT, Franz. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- HINKELAMMERT, Franz; MORA JIMÉNEZ, Henry. *Hacia una economía para la vida*. Preludio a uma segunda crítica de la economía política. La Paz: Vice-presidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2016.
- HINKELAMMERT, Franz. *El grito del sujeto*. Del teatro-mundo del evangelio de Juan al perro-mundo de la globalización. San José, 1998. Ed. revisada: San José, 1999.
- SANDEL, Michael. *A tirania do mérito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- SOBRINO, Jon. *Onde está Deus? Que faz nas tragédias?* Tradução de Beatriz Neves da Fontoura. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- SUNG, Jung Mo. *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo do capitalismo*. São Paulo: Paulus, 2018.